

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

Trabalhista
Previdência Social
FGTS
Imposto de Renda - PF
Segurança e Saúde do Trabalhador
Legislação
Recursos Humanos
Departamento Pessoal
Salários
Dados Econômicos

Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo: "fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br"

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EMPREGADOS

No mês de março de cada ano, desconta-se um dia de trabalho de todos os empregados, à título de Contribuição Sindical, com exceção dos profissionais liberais e outros, que possuem tratamentos diferenciados, como veremos adiante.

Posteriormente, a empresa deve recolhê-lo junto a Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, a favor de cada Sindicato da categoria e inclusive das categorias diferenciadas, que também veremos logo adiante.

O prazo de recolhimento vai até o último dia útil do mês de abril.

A Contribuição Sindical, após arrecadado pelos bancos, será distribuído a Confederação, Federação, Sindicato e Conta Especial de Emprego e Salário, da seguinte maneira:

- 5% para Confederação;
- 15% para Federação;
- 60% para Sindicato; e
- 20% para Conta Especial de Emprego e Salário.

O valor arrecadado pelo Sindicato (60%), além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada de acordo com / seus estatutos, visando os seguintes objetivos:

- assistência jurídica;
- assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
- assistência à maternidade;
- agências de colocação;
- cooperativas;
- bibliotecas;
- creches;
- congressos e conferências;
- auxílio-funeral;
- colônias de férias e centros de recreação;
- prevenção de acidentes do trabalho;
- finalidades desportivas e sociais;
- educação e formação profissional; e
- bolsas de estudo.

CÁLCULOS:

a) SALÁRIO MENSAL:

Para os que percebem salário mensal, toma-se o salário mensal, dividindo-se por 30. O resultado é o valor da Contribuição Sindical a / ser descontado do empregado.

b) SALÁRIO HORA:

Para se achar o valor da Contribuição Sindical de horistas, basta / multiplicar por 8 ou 7.33, conforme regime de cálculo (240 ou 220hs).

c) SALÁRIO VARIÁVEL:

Para os casos em que o empregado percebe por salários variáveis, tais / como: comissões, por peças produzidas, diaristas, etc., toma-se o valor das remunerações percebidas no mês de fevereiro e divide-se por 30.

d) SALÁRIO UTILIDADE ou GORGETAS (in natura):

Para esses casos especiais, toma-se a base de cálculo do INSS, do mês / de janeiro e divide-se por 30.

O QUE ENTRA E O QUE NÃO ENTRA PARA O CÁLCULO:

Não é computado as horas extras, para cálculo da Contribuição Sindical (ar-
tigo 582, § 1º, "a", da CLT);

Não é computado o Abono de Férias (art. 144, da CLT); e

É computado a Gratificação, mesmo sendo periódicas, com base em 1/12 avos da soma anual (Enunciado nº 78, do TST).

CATEGORIA PREDOMINANTE - DIFERENCIADOS - LIBERAIS:

A empresa deverá recolher a Contribuição Sindical para o Sindicato da cate-
goria predominante, através da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil,
segundo a sua atividade principal.

Porém, quando há categorias diferenciadas nesse meio, deverá efetuar o re-
colhimento para elas.

Exemplo: Um determinado empregado poderá estar trabalhando numa indústria
metalúrgica, exercendo atividades de motorista. Esse motorista ,
mesmo estando no meio de uma categoria predominante (metalúrgico)
deverá recolhê-lo para a categoria dos motoristas. Porque esse /
Sindicato, pertence a categoria dos diferenciados.

Vejamos abaixo, os considerados diferenciados:

Aeronautas, Agenciadores de publicidade, Aeroviários, Atores teatrais, Ci-
nematográficos, Cenógrafos, Cenotécnicos, Corais e Bailados, Cabineiros, /
Classificadores e Produtos de origem vegetal, Condutores de Veículos Rodo-
viários (motoristas), Empregados Desenhistas, Desenhistas Técnicos, Artís-
ticos, Industriais, Copistas, Projetistas (técnicos e auxiliares), Mane -
quins e Modelos, Maquinistas e Foguistas (de geradores termo-elétricos e
congêneres, inclusive marítimos), Músicos profissionais, Oficiais Gráficos
Operadores de Mesas telefônicas (telefonistas em geral), Professores, Pro-
fissionais de Enfermagem (técnicos), Duchistas, Massagistas e Empregados /
em hospitais e casas de saúde, Publicitários, Práticos de Farmácia, Profis-
sionais Liberais de Relações Públicas, Propagandistas de produtos farmacêu-
ticos (propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos) ,
Radiotelegrafistas da Marinha Mercante, Secretárias (desde 29/04/85), Su -
pervisores de Segurança do Trabalho ou Técnicos, Tratoristas (excetuados /
os rurais), Trabalhadores Circenses, Trabalhadores em atividades subaquáti-
cas e afins, Vendedores e Viajantes do Comércio.

Além desses diferenciados, deve-se observar os Profissionais Liberais, pois
estes, podem recolher a Contribuição Sindical, no mês de fevereiro para /
próprias categorias profissionais. Havendo recolhimento para o respectivo
Sindicato Profissional, estará isento de recolhê-lo novamente para a Cate-
goria Predominante.

No entanto, para isenção desse recolhimento a categoria predominante, não basta ser profissional formado, devendo apresentar dois requisitos:

- 1ª) Que exerça efetivamente na empresa, a atividade como profissional onde é registrado como profissional liberal (art. 585, da CLT); e
- 2ª) Que tenha quitado, a respectiva guia de Contribuição Sindical para o Sindicato representativo e tenha apresentado a empresa onde trabalha a cópia da Contribuição Sindical e mais a carta de "OPÇÃO" assinada.

Em qualquer uma das duas hipóteses, não sendo atendida, o profissional liberal deverá recolher para a categoria predominante ou ainda para os dois.

Vejamos a seguir, os considerados Profissionais Liberais:

Advogados, Médicos, Odontologistas, Médicos Veterinários, Farmacêuticos Engenheiros (civis, de minas, mecânicos, eletricitas, industriais, arquitetos, agrônomos e agrimensores), Químicos (industriais, agrícolas e engenheiros químicos), Parteiras, Economistas, Atuários, Contabilistas, Professores, Escritores, Autores Teatrais, Compositores Artísticos, Musicais e Plásticos, Assistentes Sociais, Jornalistas, Protéticos dentários, Bibliotecários, Estatísticos, Enfermeiros, Administradores, Arquitetos, Nutricionistas, Psicólogos, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, Geólogos, Zootecnistas, Relações Públicas, Fonoaudiólogos, Sociólogos, Biomédicos, Corretores de Imóveis, Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas.

ADMITIDOS NO MÊS DE MARÇO/92 E MESES POSTERIORES:

Nos meses de janeiro e fevereiro, de cada ano, não há Contribuição Sindical. Para admitidos no mês de março em diante, deve-se verificar na CTPS, se o empregado já efetivou a Contribuição Sindical na empresa anterior. Caso tenha contribuído, não há desconto, devendo anotar os seguintes dados na ficha ou livro de registro: Sindicato, ano-base, valor e a empresa que descontou a Contribuição Sindical.

Caso não tenha havido o desconto, realiza-se o respectivo desconto no mês seguinte ao da admissão, para recolhimento no mês seguinte.

AFASTADOS NO MÊS DE MARÇO/92:

Quando o empregado estiver afastado do trabalho, normalmente nos casos de acidentes do trabalho ou doença, sem percepção dos salários, desconta-se no retorno, isto é, no reinício do trabalho, do primeiro mês subsequente.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - ENCAMINHAMENTO DA CÓPIA AO SINDICATO

Até 15 dias, após o recolhimento da Contribuição Sindical, a empresa deverá encaminhar uma via ao Sindicato, das respectivas categorias.

Não havendo, entrega-se a Secretaria Geral do Ministério do Trabalho.

ATRASSO - MULTA:

Em caso de atraso de recolhimento, a multa é de 10%, nos primeiros 30 dias, daí em diante, essa multa sobe 2% ao mês (a mais) e se somam juros de 1% ao mês e mais a correção monetária pelos coeficientes de débitos para com a Fazenda Nacional (Portaria nº 3.233/83).

Se a Fiscalização do Trabalho pegar o recolhimento em atraso, a multa / administrativa será de 1/5 a 200 Valores de Referência, além dos acréscimos mencionados anteriormente.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

a) As guias de recolhimento, geralmente são fornecidas pelos próprios / Sindicatos de cada categoria, acompanhados da Relação de Empregados, emitidos, geralmente via postal. Na falta de recebimento, procurar o Sindicato, das respectivas categorias.

b) As empresas que tenham dúvidas quanto ao correto enquadramento sindical, recomendamos procurar as Delegacias Regionais do Trabalho, no Setor de Enquadramento Sindical, mediante requerimento, para dirimir

qualquer dúvida. Pois recolhendo-se a Contribuição Sindical de outra / classe para categoria predominante (e vice-versa), acaba-se pagando em dobro.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E A NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

O Capítulo II dos Direitos Sociais, art. 8º, IV, da Constituição Federal , trouxe a seguinte redação:

" a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação ~~sindical~~ ^{sindical} respectiva, independentemente da contribuição em lei; "

O respectivo texto gerou dúvidas e polêmicas, confundindo-se com a Contribuição Sindical definida na CLT.

Ressaltamos que o texto, refere-se a uma contribuição que será estabelecida, através de regulamentação, para o custeio do sistema confederativo da representação sindical, independentemente da Contribuição Sindical de que trata a CLT.

Em suma, a Contribuição Sindical não sofreu nenhuma alteração, após a promulgação da nova Carta Magna.

EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - POLÊMICA:

A Contribuição Sindical, juridicamente ainda não foi extinta. A Medida Provisória nº 275, de 30/11/90, não foi aprovada pelo Congresso Nacional, que enviou à sanção do Presidente da República projeto de conversão extinguindo a Contribuição Sindical, de forma gradual. Porém, o projeto de conversão do Congresso Nacional foi vetado pelo Presidente da República.

Portanto, até que sejam editadas novas regras para a matéria, pelo Congresso Nacional, a Contribuição Sindical continua em vigor.

UFIR - PERÍODO DE 02/01/92 ATÉ 04/03/92

02/01/92 = Cr\$ 597,06	23/01/92 = Cr\$ 687,57	13/02/92 = Cr\$ 816,94
03/01/92 = Cr\$ 602,70	24/01/92 = Cr\$ 694,07	14/02/92 = Cr\$ 825,81
06/01/92 = Cr\$ 608,40	27/01/92 = Cr\$ 700,63	17/02/92 = Cr\$ 834,77
07/01/92 = Cr\$ 614,15	28/01/92 = Cr\$ 708,97	18/02/92 = Cr\$ 843,82
08/01/92 = Cr\$ 619,96	29/01/92 = Cr\$ 717,41	19/02/92 = Cr\$ 852,98
09/01/92 = Cr\$ 625,82	30/01/92 = Cr\$ 726,92	20/02/92 = Cr\$ 862,23
10/01/92 = Cr\$ 631,74	31/01/92 = Cr\$ 736,56	21/02/92 = Cr\$ 871,59

13/01/92 = Cr\$ 637,71	03/02/92 = Cr\$ 749,91	24/02/92 = Cr\$ 881,04
14/01/92 = Cr\$ 643,74	04/02/92 = Cr\$ 757,87	25/02/92 = Cr\$ 890,60
15/01/92 = Cr\$ 649,83	05/02/92 = Cr\$ 765,91	26/02/92 = Cr\$ 902,08
16/01/92 = Cr\$ 655,97	06/02/92 = Cr\$ 774,03	27/02/92 = Cr\$ 913,70
17/01/92 = Cr\$ 662,17	07/02/92 = Cr\$ 782,43	28/02/92 = Cr\$ 929,53
20/01/92 = Cr\$ 668,43	10/02/92 = Cr\$ 790,92	04/03/92 = Cr\$ 945,64
21/01/92 = Cr\$ 674,75	11/02/92 = Cr\$ 799,50	05/03/92 = Cr\$
22/01/92 = Cr\$ 681,13	12/02/92 = Cr\$ 808,18	06/03/92 = Cr\$

FGTS - EXTRATO INFORMATIVO DA CONTA VINCULADA AO FUNCIONÁRIO

De acordo com a Resolução nº 65, de 24/02/92, DOU de 28/02/92, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a realização da entrega do extrato bimestral do FGTS ao empregado em sua própria residência ou onde for indicado, pela Caixa Econômica Federal, ainda vai demorar 60 dias. É prazo dado pelo Conselho Curador do FGTS à CEF, para apresentar o projeto econômico-financeiro, inclusive com detalhamento de custos e prazos. Enquanto não acontece a centralização das contas vinculadas do FGTS na CEF, as empresas deverão manter o mesmo domicílio bancário para depósitos do FGTS, não podendo alterá-lo sem prévia autorização à CEF. As empresas deverão até o dia 10 de cada mês, colocar a disposição de seus funcionários e Sindicatos, documentos comprobatórios do FGTS recolhido.

Para fazer a sua assinatura, entre no site
www.sato.adm.br

O quê acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
- CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
- consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
- acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
- notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
- requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
- descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).